



## A HISTÓRIA DA MULHER NO MAGISTÉRIO NO SÉCULO XX: VOCAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Ana Carla Menezes de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia-Campus São Cristóvão.

E-mail: prof.carla.menezes@gmail.com

### Eixo Temático 1

#### RESUMO

A feminização do magistério, que dava mostras incipientes já a partir dos finais do século XIX, seria fortalecida após a República com o potencial de regeneração nacional e com uma visão de Escola Doméstica que cuida, ampara, ama e educa, colocando nas mãos femininas esta responsabilidade. Assim esse trabalho visa apresentar a história, vocação e representação da mulher no magistério que foi e continua sendo um fenômeno universal com várias interpretações. Neste sentido a pesquisa realizada, irá desvendar todos os caminhos traçados pela mulher para chegar ao magistério e sua contribuição para o desenvolvimento educacional da sociedade feminina. Para a realização desta pesquisa, utilizou-se dados documentais, leis, decretos, pareceres, normas educacionais e dados da época. O imaginário republicano brasileiro que se estendeu ao século XX foi a fé do liberalismo no poder da escola e a feminização do magistério, que dava mostras incipientes já a partir dos finais do século XIX, seria fortalecida após a República. Na reconfiguração da sociedade que se desejava progressista e esclarecida, com o potencial de regeneração nacional, havia a crença numa visão de escola que doméstica, cuida, ampara, ama e educa. Essa crença vai ter seu prolongamento nas décadas seguintes à Proclamação e, juntamente com as aspirações de unidade política e a proliferação de um discurso alvissareiro sobre a educação, vai colocar nas mãos femininas a responsabilidade de guiar a infância e moralizar os costumes. Nessa visão constrói-se a tessitura mulher-mãe-professora, aquela que ilumina na senda do saber e da moralidade, qual mãe amorosa debruçada sobre as frágeis crianças a serem orientadas e transformadas por dedos que possuem a capacidade natural de desenhar destinos e acalentar esperanças, coadjuvantes inspiradas de uma escola que se erige como transformadora de consciências.

**PALAVRAS-CHAVES:** Mulher- Magistério- Feminização

#### INTRODUÇÃO

O imaginário republicano brasileiro que se estendeu ao século XX foi a fé do liberalismo no poder da escola e a feminização do magistério, que dava mostras incipientes já a partir dos finais do século XIX, seria fortalecida após a República. Na reconfiguração da sociedade que se desejava progressista e esclarecida, com o potencial de regeneração nacional, havia a crença numa visão de escola que doméstica, cuida, ampara, ama e educa. Essa crença vai ter seu prolongamento nas décadas seguintes à Proclamação e, juntamente com as aspirações de unidade política e a proliferação de um discurso alvissareiro sobre a educação, vai colocar nas mãos femininas a responsabilidade de guiar a infância e moralizar os costumes. Nessa visão constrói-se a tessitura



mulher-mãe-professora, aquela que ilumina na senda do saber e da moralidade, qual mãe amorosa debruçada sobre as frágeis crianças a serem orientadas e transformadas por dedos que possuem a capacidade natural de desenhar destinos e acalentar esperanças, coadjuvantes inspiradas de uma escola que se erige como transformadora de consciências.

Acompanhando a inserção feminina num espaço profissional representado pela educação da infância, há de se considerar que no cenário das primeiras décadas, o século XX foi também o período em que se iniciaram os primeiros movimentos pela liberação feminina.

Percorrer o século XX pelos caminhos da educação feminina, a formação das jovens professoras pelas escolas normais e a feminização do magistério, tendo como cenário o Brasil e tomando o estado de São Paulo como referência e considerando que a grande questão intelectual do século XXI continua sendo a emancipação humana pela via cultural, a defesa de meu ponto de vista se valerá de uma retrospectiva histórica. Essa retrospectiva está edificada em torno da educação das mulheres e da inserção feminina no magistério como resposta às demandas do projeto liberal republicano de universalizar a escolaridade, a força da religião na modelagem de corpos e almas e o discutível e controverso poder atribuído às mulheres no ambiente escolar, que teve sua gênese logo após a República em finais do século XIX e se solidificou nas décadas seguintes.

O final do século XX e anos iniciais do século XXI têm voltado sua atenção para os valores, para a humanização plena e o fortalecimento da consciência e do espírito crítico entre os educando, num tipo de educação que se convencionou denominar educação para a paz.

Ao considerar a herança cultural dos educadores clássicos ao longo do século XX, vale ressaltar que a inserção feminina no magistério era uma destinação natural em vista das qualidades das quais as mulheres eram e são possuidoras, sendo capazes de promover uma educação integral às crianças desde a mais tenra idade.

A feminização do magistério foi e continua sendo um fenômeno universal, e vários autores se têm debruçado sobre o tema, ao qual são dadas as mais variadas interpretações. Nessa perspectiva, a trajetória histórica retomada a seguir não tem pretensões de adotar uma postura interpretativa de como e por que se deu esse processo ao longo do século XX, mas sim de que forma este foi desenvolvendo-se, sem incorrer, no entanto numa narrativa apenas factual, mas buscando estabelecer liames com os posicionamentos sociais, políticos e educacionais dos agentes envolvidos, e tendo, conforme já foi dito, como diretriz a educação feminina e a influência católica, os cursos de formação de professores e a feminização do magistério como decorrência dessa totalidade.





## EDUCAÇÃO FEMININA E A FORÇA RELIGIOSA

Nos tempos coloniais, a Igreja Católica tinha conseguido grande poderio através de técnicas eficientes de controle ideológico da população sob a égide da fé religiosa. Os conflitos posteriores da Companhia de Jesus com a Coroa Portuguesa impediram que esta última pudesse influir mais amplamente na escolaridade do povo, embora a estratégica da Monarquia não se concentrasse em esclarecer a população por meio de um sistema escolar que possibilitasse seu desenvolvimento.

Nesse prisma a educação feminina para alguns pais era entendida como aprender a ler e escrever, dentro dos lares e que o ensinamento oferecido aos meninos seria diferente. A ida dessas jovens ao convento significava aprender a bordar, coser, fazer doces, ler, escrever e contar, latim, música e história sagrada, era uma educação que preparava as jovens para o casamento em idade de extrema juventude. A religião católica representava o ponto nevrálgico para onde convergiam as relações de poder estabelecidas no nível simbólico e no imaginário. A crença no mundo sobrenatural, o controle da sexualidade, os arquétipos religiosos ditando normas de pureza e mansidão normatizavam o comportamento social, com maior ênfase no sexo feminino:

‘Nunca se perdia a oportunidade de lembrar às mulheres o terrível mito do éden, reafirmado e sempre presente na história humana. Não era de admirar, por exemplo, que o primeiro contato de Eva com as forças do mal, personificadas na serpente, inoculasse na própria natureza do feminino algo como um estigma atávico que predisponha fatalmente transgressão, e esta, em sua medida extrema, revela-se na prática das feiticeiras, detentoras de saberes e poderes ensinados por Satanás’ (ARAÚJO, 1997, p.46).

Para a missão materna as meninas deveriam ser preparadas desde a mais tenra idade, fosse nos colégios católicos, nas escolas protestantes, nos estabelecimentos de ensino não confessionais ou nas instituições públicas. Nas mais diversas e ao longo dos séculos na sociedade organizada, as religiões sempre foram decisivas na definição de padrões comportamentos femininos.

O modelo normativo de mulher, criado desde meados do século XIX, inspirado nos arquétipos do cristianismo, espelhava a cultura vigente instituindo formas de comportamento em que se exaltavam virtudes femininas como castidade e abnegação, forjando uma representação simbólica de mulher por meio de uma ideologia imposta pela religião e pela sociedade.

Para a igreja e para os católicos conservadores dos tempos republicanos, a ausência de educação religiosa nas escolas seria especialmente danosa às mulheres, que, imbuídas de falsos preceitos e sem a benéfica influência da religião, contaminariam e perturbariam o lar católico que deveria ser



modelado pelos princípios cristãos. Isso fez com que escolas católicas dirigidas às classes mais abastadas prosperassem. Esses colégios seriam determinantes nos rumos da educação feminina de elite.

## **A EDUCAÇÃO FEMININA E SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO SÉCULO XX**

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a mentalidade vigente, herdeira legítima do colonialismo, dava pouco valor à instrução feminina, concentrando sua atenção nas normas sociais que impediam as mulheres de ocupar espaços sociais e até mesmo saírem desacompanhadas. Por conta dessas normas, os pais preferiam educar suas filhas em sua própria casa, com professoras particulares ou clérigos. Essa educação concentrava-se nas aulas de ensino elementar com um pouco de gramática e aritmética, dando-se preferência para as prendas doméstica, que visavam preparar as meninas para o casamento, que costumava acontecer muito cedo.

A educação, que se pretendia igual para os dois sexos, na realidade diferenciava-se nos seus objetivos, pois, de acordo com o ideário social, o trabalho intelectual não devia fatigar o sexo feminino, nem se constituir num risco a uma constituição frágil e nervosa. O fim último da educação era preparar a mulher para o serviço doméstico e o cuidado com o marido e os filhos. A mulher educada dentro dessas aspirações masculinas seria uma companhia mais agradável para o homem, que transitava regularmente no espaço urbano, diferentemente da prática do período colonial, com seu recolhimento e distanciamento do espaço da sociabilidade. A mulher-mãe deveria ser pura e assexuada, e nela repousariam os mais caros valores morais e patrióticos.

A responsabilidade feminina nunca deveria transpor as fronteiras do lar, nem ser objeto de trabalho assalariado. O trabalho somente poderia ser lícito se significasse cuidar de alguém, doar-se com nobreza e resignação, e servir com submissão, qualidades inerentes às mulheres, premissas com as quais também se afinavam profissões ligadas à saúde, como enfermeira ou parteira. Esse procedimento fez com que se investisse na criação de cursos preparatórios de formação representados pelas escolas normais, em seguimento a uma tendência que já se havia manifestado nos finais dos oitocentos (1876), quando se criou em São Paulo, no Seminário das educandas, uma escola normal destinada a dar instrução e habilitar as órfãs e outras jovens que demonstrassem interesse em se tornarem professoras.

A Escola Normal foi a princípio uma instituição de caráter precário, com limitações orçamentárias significativas que impediam seu bom funcionamento, e abria ou fechava em função de decisões políticas nem sempre acertadas, criada para atender às necessidades de formação de professores para o ensino primário que tentava se expandir. Ministrava um tipo de ensino elementar, mais



propriamente voltado para aquilo que se deveria ensinar no curso primário do que num aprofundamento de estudos e numa real formação profissional.

Os limites de convivência entre os sexos eram claramente definidos e transmitidos de forma que fossem interiorizados sem questionamento pelos agentes sociais que ditavam as normas de conduta social. Das mulheres esperava-se a permanência no espaço doméstico, o recato, a submissão, o acatamento da maternidade como a mais elevada aspiração. Dos homens, a atuação no espaço público, no mundo do trabalho, na política, o exercício da liberdade, inclusive sexual, a incorporação dos atributos de proteção e autoridade.

Dada a importância que os liberais republicanos atribuíram à escola, o magistério e a educação eram vistos como instrumentos eficazes e determinantes para a formação de profissionais encarregados de exercer o ensino. Porém, as escolas normais públicas eram insuficientes para atender à demanda, e logo se estendeu a autorização de funcionamento para escolas normais livres particulares e municipais. Às mulheres que podiam ir à Escola Normal, já que nem todas conseguiam essa oportunidade, ensinavam-se prendas domésticas e música juntamente com português, francês, aritmética, geografia e história, pedagogia etc., em classes separadas por sexo. Na primeira metade do século XX, a Escola Normal alicerçou-se como instituição procurada também pelos segmentos médios, estando incumbida de formar os futuros quadros profissionais que o Estado necessitava para o ensino primário. No campo profissional, as Escolas Normais deveriam formar professoras para um desempenho pedagógico calcado no humanismo, na competência e nos valores sociais.

Essa educação, em nível médio e com um objetivo definido sem mais delongas, deveria bastar, e as jovens brasileiras cresceriam com o destino profetizado de serem esposas, mães e, em caso de necessidade, professoras. Nesse contexto, a Escola Normal voltava-se para a educação feminina como parte do projeto civilizador da nação e cumpre funções de educar e instruir as futuras esposas e mães, as donas de câs encarregadas da educação familiar e do fortalecimento da família. A idéia de introduzir classes mistas nas escolas passou a ser debatida, mesmo que fosse como experiência pedagógica, e colocar as mulheres para ensinar meninos e meninas ao mesmo tempo seria vista com agrado e como a melhor alternativa para ampliar a escolaridade da população.

### **A MULHER COMO EDUCADORA: MISSÃO, VOCAÇÃO E DESTINO**

Na transição do Império para a República, a Escola Normal, da mesma forma que o sistema educacional representou a salvação para os males sociais e equalizadora de oportunidades. A



formação de professores competentes e versados nas inovações educacionais ganhou força e aspiração de criar um curso que atendesse a essa necessidade.

Nos primeiros anos republicanos cresceram as escolas normais e o ensino primário por conta de melhores condições sócio-econômicas que possibilitavam maior desenvolvimento educacional. E as transformações das classes iniciadas no Império se completaram e as camadas médias forneceriam o contingente que se dedicaria ao magistério, entre outras profissões. Esse contingente também marcaria presença nos movimentos político-sociais que intentavam estabelecer mudanças na sociedade, entre elas, a crença no poder transformador da educação. As mulheres passaram a fazer – se cada vez mais presentes na instituição normalista e a procuravam para obter conhecimentos, preparo para a vida no lar e também para ter uma profissão que lhes permitisse sobreviver com seu próprio rendimento. Os homens que procuravam a escola, uma vez ingressos no magistério, aspiravam a cargos de chefia e direção, diferentemente das mulheres, que permaneciam nas salas de aula.

No Brasil das décadas iniciais do século XX surgiu as primeira manifestações femininas no plano político e ideológico, reivindicando educação, instrução e privilégios sociais, como trabalho e profissão, além do direito ao voto.

O período pós-republicano mostrava uma mudança gradativa da mentalidade feminina. Apesar de ainda considerar o lar como o rela espaço para a mulher e o casamento sua garantia de felicidade. A intervenção feminina supunha-se capaz de uma ação moralizadora no seio da sociedade e serviria para manter a unidade da família e da pátria. A função materna não era mais apenas biológica, mas social e patriótica, principalmente. Situava-se nessa identidade uma representação da mulher burguesa educada que se havia radicado nas cidades, abandonando as distantes fazendas, sua antiga morada, e que agora transitava no espaço público e no mundo social e da política.

No Estado Novo, que instaurou a ditadura nos anos de 1930, em relação professorado estabeleceu uma política de ambigüidade, pois mantinha a categoria num esquema de contenção salarial enquanto procurava dignificar a imagem profissional. As mulheres, que já eram maioria no





magistério, detinham, do ponto de vista social, uma imagem assexuada, ao incorporar a maternidade e o papel de guardiãs da moral da família e da pátria.

Nesse sistema ambivalente, a demanda pela educação escolarizada, o valor da escola enquanto agente educativo e a proliferação das escolas normais no interior do Estado viabilizaram uma ampliação da educação que, ao atingir maiores parcelas da sociedade, também se firmava como instituição pública. Aumentada a procura pela escola, aumentou também seu valor, e a Escola Normal passou a receber grande número de alunas, pertencentes aos segmentos médios.

Essa classe via no magistério uma possibilidade de ascensão social, e as jovens normalistas e futuras professoras principiaram a desfrutar de maior liberdade pessoal, advinha do exercício da profissão que, envolvida numa aura de respeitabilidade, permitia sua profissionalização sem maiores problemas, instalando-se, em pouco tempo e de forma definitiva, sua completa feminização.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Do princípio até metade do século XX, as expectativas sobre a conduta feminina, as doutrinações religiosas impostas pela Igreja Católica, fizeram com as mulheres sentissem a necessidade de se instruírem e se educarem passou a constituir um dos principais anseios das mulheres para o caminho da sua liberação e como forma de alterarem um destino imposto pela sociedade cerceadora e moralizadora. Essas mulheres só viram uma saída para romper com os mecanismos de subordinação feminina, e esta saída era a representada pela educação e pelo direito de exercer uma profissão.

A possibilidade de se profissionalizar através do magistério primário foi um meio de as mulheres poderem vislumbrar uma chance de sustento, sem a obrigação do casamento ou a humilhação de viver da caridade alheia. Para as mulheres, educar-se e instruir-se mais do que nunca significou uma forma de quebrar os grilhões domésticos e conquistar o espaço público. Foi também a possibilidade de se adequarem às normas sociais e ao mundo que se descortinava e principiava a selecionar os mais preparados intelectualmente.

No plano educacional, o século XX ofereceu maiores oportunidades educacionais para, meninas e moças. O magistério primário, como ocupação essencialmente feminina, proporcionou às mulheres, notadamente da classe média, que se alicerçou no panorama socioeconômico do país, a principal oportunidade para ingressar no mercado de trabalho.





No final do século XX apresentou às mulheres inúmeras alternativas no mercado de trabalho, mas ser professora continua sendo uma escolha profissional, e o magistério situa-se nas estatísticas como um campo feminino por excelência.

Nos tempos atuais, as universidades têm cada vez mais ampliado o contingente feminino entre seus alunos, e o mesmo podemos dizer do ensino fundamental e do ensino médio. No magistério, como profissão feminizada, a atuação das mulheres vem referendada como o emblema de um século que se encerrou sob os auspícios dos direitos de cidadania da população.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane S. de . **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo, editora da UNESP, 1998.

ARAÚJO, Emanuel. “A Arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia”. In: Del Priore, M (Org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto/ Editora da UNESP, 1997.

BUFFA, Ester & Nosella, Paolo. **Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos (1911-1933)**. Editora da UFSCAR, 1996.

CAMPOS, Agostinho de. **Casa de pais, escola de filhos**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1921.

JARES, Xesús R. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática**. Porto Alegre, Artmed, 2002.

MICHEI, Andrée. **El feminismo**. México, Fondo de Cultura Econômica, 1979.

MOACYR, Primitivo. **A instrução pública no Estado de São Paulo: primeira década republicana-1890-1833**. São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Cia. Editora Nacional.

SORY, Bila. “O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós modernidade”. In: Costa, A. & Bruschini, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas.

